

Questões contemporâneas da diferença sexual e a clínica psicanalítica

Contemporary issues of sexual difference and the psychoanalytic clinic

Cuestiones contemporáneas sobre la diferencia sexual y la práctica psicoanalítica

Ivan Ramos Estêvão
Luiz Felipe Almeida

Resumo

Enigma dialético imposto pela estrutura da linguagem à formação da subjetividade, a diferença sexual é também um dilema social, cultural e político, uma vez que o coletivo e o individual compartilham o mesmo impasse representacional que é a marca da sexualidade humana. Na contemporaneidade, a diferença sexual renova suas dificuldades intersubjetivas sob os *slogans* identitários que caracterizam novas modalidades de sofrimento e novos imperativos políticos. Novas incertezas nos códigos de conduta dos relacionamentos amorosos e novos questionamentos sobre os papéis sociais dos sexos interrogam, assim, a clínica psicanalítica e proporcionam uma reflexão a respeito de sua especificidade de tratamento. Se o sexual foge à norma, cabe ao psicanalista responder a partir das implicações éticas que o inconsciente conduz na experiência erótica daquele que fala e se divide pela diferença opaca das leis do significante.

Palavras-chave: sexualidade, psicanálise, identidade, gênero

Abstract

A dialectical enigma imposed by the structure of language on the formation of subjectivity, sexual difference is also a social, cultural, and political dilemma, since the collective and the individual share the same representational impasse that is the hallmark of human sexuality. In contemporary times, sexual difference renews its intersubjective difficulties under the umbrella of identity slogans that characterize new modalities of suffering and new political imperatives. New uncertainties in the codes of conduct of romantic relationships and new questions about the social roles of the sexes thus question the psychoanalytic clinic and prompt reflection on its specific treatment. If sexuality deviates from the norm, it is up to the psychoanalyst to respond based on the ethical implications that the unconscious leads to in the erotic experience of the one who speaks and is divided by the opaque difference of the laws of the signifier.

Keywords: sexuality, psychoanalysis, identity, gender

Resumen

La diferencia sexual, un enigma dialéctico impuesto por la estructura del lenguaje a la formación de la subjetividad, constituye también un dilema social, cultural y político, puesto que lo colectivo y lo individual comparten el mismo impasse representacional, sello distintivo de la

sexualidad humana. En la actualidad, la diferencia sexual renueva sus dificultades intersubjetivas bajo las consignas identitarias que caracterizan nuevas formas de sufrimiento y nuevos imperativos políticos. Las nuevas incertidumbres en los códigos de conducta de las relaciones románticas y las nuevas preguntas sobre los roles sociales de los sexos cuestionan, por tanto, la práctica psicoanalítica y propician una reflexión sobre su tratamiento específico. Si la sexualidad se desvía de la norma, corresponde al psicoanalista responder a partir de las implicaciones éticas que el inconsciente conlleva en la experiencia erótica de quien habla y se ve dividido por la opaca diferencia de las leyes del significante.

Palabras clave: sexualidad, psicoanálisis, identidad, género

*O impasse sexual secreta
as ficções que racionalizam o
impossível de onde ele provém.*
(Lacan, 1974/2001, p. 532)

A diferença sexual é “a pedra angular de nossa experiência” psicanalítica, recupera Julia Kristeva (2013, p. 1656). A partir do dispositivo que Freud aprendeu a desenvolver com suas analisantes histéricas, a subjetividade que a psicanálise traz à luz pela fala e leis da linguagem sempre foi teorizada em seus impasses com o trauma sexual, as ambiguidades representacionais e as incertezas da alteridade — o que se traduz na história de um sujeito pelo destino posicional dado à diferença interpretada entre os sexos, isto é, suas consequências psíquicas (Freud, 1925/2011). Para a psicanálise, a subjetividade neurótica é fruto de eventos de gozo e das escolhas éticas determinadas pela diferença sexual. Indo mais além, se as problemáticas psíquicas individuais são indissociáveis das problemáticas libidinais coletivas (Freud, 1920/2011), a diferença sexual é também um problema social, cultural e político.

Nunca a diferença sexual pôde se conformar confortavelmente a um modelo ou esquema de pensamento seguro, sem que houvesse controvérsias calorosas entre filósofos, médicos, homens-políticos, sabedoria popular e história individual. Thomas Laqueur (2001), em seu paradigmático *Making sex*, nos expõe as dificuldades e contradições que

marcam a história ocidental da diferença sexual: do modelo monossexual, que perdura da Antiguidade ao final do século XVII, até o dimorfismo sexual característico da ciência moderna, sempre estiveram em questão os lugares culturais a serem ocupados por conta da diferença genital entre os corpos, seja nas justificativas metafísicas para contrastes fisiológicos quantitativos, seja nas distinções biológicas de comportamentos qualitativos. Do social para o corpo ou do corpo para o social - de qualquer forma, o impasse em jogo é o do significante em suas tentativas de ler e unir os enigmas impostos pelo real que ele mesmo introduz como questão.

Neste sentido, é também a diferença sexual que costuma dividir analistas diante dos questionamentos suscitados pelas transformações socioculturais de cada época. E foi também pela diferença sexual que a teoria freudiana se distinguiu com o rigor e a sagacidade que a caracterizam, inclusive no seio do grande debate sobre a feminilidade entre os próprios analistas nos anos de 1920 e 1930. Diante não apenas de Ernest Jones, figura mais conhecida da querela, mas também de Melanie Klein, Karen Horney, Helene Deutsch, Jeanne Lampl-de Groot, Ruth Mack Brunswick, Karl Abraham, entre outros, Freud era o único

pesquisador do inconsciente que defendia a ideia segundo a qual a diferença sexual constitui uma encruzilhada ética na formação da subjetividade. Como precisa Juliet Mitchell (Mitchell & Rose, 1982, p.6), naquele debate clínico o “conceito-chave” era o complexo de castração. Tratava-se de aceitar ou recusar o complexo de castração como problemática psíquica *determinante* da diferença sexual para o sujeito neurótico. Freud era o único a, de fato, conceber e enfatizar a diferença sexual a partir das consequências psíquicas engendradas pela função mesma da simbolização, isto é, como efeito do problema psíquico da objetividade. Para os outros analistas, sejam da escola “vienense”, sejam da escola “inglesa”, a feminilidade, via de regra, a despeito de suas diferenças teóricas, estava impregnada de um biologismo que concebia o complexo de castração não como dialética subjetiva, mas como medo secundário experimentado por um sujeito que já nasce com um programa sexual específico. Como resumiu Jones em sua famosa conferência em Viena em 1935, “a questão é saber se uma mulher nasce ou se é construída” (p. 273).

Freud (1933/2010) antecipava Beauvoir (1949) por considerar que a psicanálise não se propõe “a descrever o que é a mulher”, mas, antes, se propõe a investigar “como a mulher vem a ser” [itálico nosso] (p. 269). Assim, a teoria freudiana situa-se no centro do que a Modernidade tardia teorizaria sobre as subversões possíveis da sexualidade a partir de sua determinação pelo plano social, este último recodificável uma vez que é a linguagem que condiciona a comunicação humana e as vicissitudes de seu erotismo. A diferença de abordagem aqui é crucial, pois, para a psicanálise, não se trata da lei ou da norma social determinando o desenvolvimento da sexualidade; a sexualidade não é uma categoria da experiência secundária em relação à conceitualidade cultural; *ao contrário*, existem “normas sociais porque não existe nenhuma norma sexual”, sublinha Lacan (1974, p. 4), resumindo Freud. Em outras

palavras, a psicanálise não separa nem hierarquiza o social e o pulsional; ela os implica fundamentalmente, e é justamente porque a pulsão não possui nenhum objeto instintivo que as relações humanas e suas categorias identitárias constituem um problema insolúvel, motor de nossa criatividade.

Assim sendo, da emergência do feminismo ao final do século XIX até as insatisfações identitárias que caracterizam de um modo geral a política nas últimas décadas, e dos imperativos de gozo sessenta-e-oitistas até os vacilos nos códigos de conduta dos relacionamentos amorosos atuais, pode-se dizer que a diferença sexual figura na contemporaneidade como um trabalho subjetivo e social incessante e complexo, reflexo de vicissitudes socioeconômicas e culturais de um mundo globalizado, cada vez mais homogeneizado no acesso à comunicação e à informação, cada vez mais fragmentado em suas experiências simbólicas e interpessoais, cada vez mais instantâneo em seus ensaios comunitários, e cada vez mais determinado por uma aliança latente entre o capitalismo financeiro e o discurso tecnocientífico. Os questionamentos universalistas e laicos que, na Modernidade, proporcionaram a ênfase epistemológica das capacidades humanas sobre a realidade deram lugar a imperativos morais ramificados e fugidios que tentam reescrever a política, a sociedade e a cultura de acordo com traços coletivizáveis no seio de grupos particulares. Um cenário global de homogeneização técnica e econômica no qual Lacan (1968/2015) previa o recrudescimento de processos segregativos: “o que caracteriza nosso século, e não podemos deixar de notar, é uma segregação ramificada, reforçada, recortando-se a todos os níveis, que apenas multiplica as barreiras” (p. 8).

Em 1971, Lacan (1971-1972, p. 25) qualificou essa problemática de “problemas de gozo”, destacando os impasses de nosso tempo em relação a heranças culturais, à alteridade, à diferença, às antinomias constitutivas entre o coletivo e o individual, às

novas aporias entre liberdade e determinação social. Hoje podemos dizer que a identidade se tornou uma questão crucial: e a essa questão — quem eu sou? — se articulam os atritos comunitários entre grupos sociais que não se enxergam mais como pertencentes a um “todo” social mais ou menos estável e identificável. As diferenças entre grupos sociais e entre os indivíduos tornam-se, portanto, objeto de um oposicionismo cuja instabilidade e polarização marcam o mal-estar identitário de nossas experiências multiculturistas, cada vez mais algoritmizadas e influenciadas pela língua sedutora e move-dição da publicidade.

Situa-se aqui, embora não pareça, a questão íntima da diferença sexual, cujo real é “a causa do desejo do sujeito”, destaca Joël Dor (2001, p. 103). Isto é, é pela claudicância da linguagem em definir a realidade que o normativo e o identitário constituem não soluções, mas enigmas para o posicionamento fantasístico de cada um, exigindo a renovação contínua de nossa aposta desejante como único ponto de referência da vida humana. As transformações socioculturais e econômicas que evocamos nos colocam questionamentos clínicos sobre certas modalidades de sofrimento contemporâneas, especificamente no que concerne aos impasses característicos da temática da diferença sexual. Saber o que é ser um homem ou uma mulher, na psicanálise, constitui uma forma de questão radicalmente distinta daquela colocada pelas abordagens cognitivo-comportamentais, pela psiquiatria do DSM-5, pelas soluções ofertadas pela figura do *coach*, pela condescendência imediatista das “terapias por IA” etc.

Pois o psicanalista é o único cuja proposta não é responder à demanda do paciente, mas, ao contrário, interrogá-lo no mais íntimo e singular de seu desejo — o que justamente torna possível uma mudança do ponto de vista subjetivo. Em vez da adaptação do Eu aos ideais nos quais já se encontra cativo, buscando suturar a questão de seu ser. Para a psicanálise, a diferença sexual

não diz respeito a uma resposta teórica sobre o que é ser homem ou mulher ou sobre a melhor forma de ser homem ou mulher. Ao contrário, aquilo que o inconsciente deslinda como divisão e hiância condiciona a diferença sexual como dialética simbólica a ser respondida por cada sujeito falante, de acordo com as experiências de gozo vividas no corpo e com a maneira como cada um dá conta das ambiguidades da representação. O que distingue a disciplina freudiana é sua consideração do significante como condição da diferença caduca onde busco encontrar o Outro, seja como causa de desejo, prótese identitária ou “devastação” (Lacan, 1975-1976/2005, p. 101).

Se, no debate sobre a feminilidade do começo do século passado, o que estava em jogo era, no fundo, o estatuto do inconsciente, da subjetividade e das relações psicanalíticas entre o social, o biológico e o psíquico, conforme lembra Juliet Mitchell (Mitchell & Rose, 1982), hoje a mesma questão se renova nos debates interdisciplinares e políticos que interpelam a psicanálise a respeito de seus supostos tributos com relação ao patriarcado, ao idealismo moderno, ao a-historicismo interpretativo e à patologização heteronormativa da sexualidade.

Ora, o inconsciente emerge como noção a partir do vacilo representacional que o sexual impõe à vida daquele que fala, isto é, a partir dos impasses sintomáticos engendrados pelo caráter irresoluto com o qual a sexualidade humana é experimentada por ser determinada pelas leis da linguagem. Lembremos Lacan (1974/2001), em *Télévision*, que as mitologias neuróticas que embasam os imperativos sociais são inventadas justamente para dar um aspecto épico àquilo que, na estrutura, se impõe como impossível. Assim os dilemas identitários e amorosos de nosso tempo também constituem narrativas que tentam justificar de forma grandiosa ou valorosa os pontos de impossibilidade que o significante imprime em nossas experiências corporais e intersubjetivas.

No plano militante, mas também teórico, as novas reivindicações quanto ao gênero invadiram não apenas as pesquisas acadêmicas, mas também influenciam a mídia e as produções culturais. Não raro criticando a noção de sexo como biologizante e aprisionante, o vocabulário dos ativistas do gênero prima pela fluidez e confusão identitárias como via emancipatória performativa, positiva e normativa. Característica da Terceira Onda Feminista no Ocidente, o apelo identitário no campo das práticas sexuais alinha-se ainda, a despeito de sua fragmentação progressiva, a uma união com outros campos de luta identitária, como o antirracismo, o que constitui a abordagem teórico-política interseccional. Uma vez que o feminismo pós-moderno inaugura um relativismo epistêmico fundamental ao considerar o saber e o poder como determinados por práticas discursivas contextuais, como sustentar o valor de verdade das próprias novidades teóricas quanto à sexualidade e às identidades? Slavoj Žižek (2002) critica esse relativismo historicista dos *cultural studies* por considerar o saber apenas como produto narrativo local, sem indagar logicamente os mecanismos estruturais responsáveis pela própria produção da verdade enquanto tal.

Assim, tais tipos de teorização e de apelo militante incidem na subjetividade e no laço social contemporâneos como soluções normativas para marginalizações sociais historicamente consolidadas de manifestações da sexualidade que fogem aos ideais heterossexuais e genitalistas. No entanto, a despeito da contracrítica que a psicanálise poderia lhes endereçar por considerarem a sexualidade como positivamente reconfigurável pela primazia da norma, o que nos interessa aqui são as modalidades de sofrimento que a clínica psicanalítica encontra no que diz respeito a tais temáticas e demandas emancipatórias, muitas vezes reduzindo outras possíveis questões subjetivas cruciais às exigências identitárias concentradas na performatividade de gênero.

O exemplo mais paradigmático, sério e alarmante dessa problemática constitui a questão da transexualidade ou transidentidade, uma vez que envolve não apenas a prática militante, mas mobiliza também diversos setores societais e seus interesses específicos. Não devemos esquecer que toda demanda de modificação corporal em nossa cultura é indissociável da influência dos interesses econômicos da indústria farmacêutica (a medicalização desenfreada do sofrimento é, aliás, outra questão de saúde pública pouquíssimamente problematizada). O ponto mais alarmante dessa questão é a saúde física e mental de crianças e adolescentes que podem ser expostos a discursos apressados, inconsequentes e dogmáticos a respeito da transição de gênero, pois seus corpos e personalidades, por assim dizer, ainda estão em desenvolvimento e vivenciam com eminente intensidade o caráter incerto e problemático constitutivo da sexualidade, tal como Freud (1905/2016) teorizou nos *Três ensaios*. As terapias hormonais do sexo oposto, os bloqueadores de puberdade e, sobretudo, as intervenções cirúrgicas deixam marcas psicológicas e físicas, com consequências cruciais para o desenvolvimento. Conforme os levantamentos da médica e pesquisadora americana Lisa Littman (2021,2024), o arrependimento e as intervenções de destransição de gênero são manifestações frequentes nesses casos, ainda pouco divulgadas, assim como a incidência de diversas outras problemáticas subjetivas que acompanham esse tipo de sofrimento, como depressão, ansiedade, transtornos alimentares etc. No Brasil, em 8 de abril de 2025, o Conselho Federal de Medicina aprovou uma resolução que proíbe a aplicação de bloqueadores hormonais para crianças e adolescentes e aumenta a idade mínima para a realização de cirurgias de transição com efeito esterilizador, de 18 para 21 anos (*Folha de S. Paulo*, 2025).

No entanto a controvérsia segue entre disputas judiciais e manifestações de entidades médicas, não sem influência do ativismo

político (*CNN Brasil*, 2025). De um ponto de vista mais sociológico, como já apontamos, não devemos esquecer os determinantes econômicos de uma sociedade imediatista, na qual o discurso científico e o discurso capitalista se articulam em imperativos onipresentes que sobressaem aos interesses mais fundamentais e humanos da civilização. Nesse contexto está o sofrimento individual de jovens expostos à gravidez de uma realidade prioritariamente imagética e performática, cujas soluções homogeneizantes ao mal-estar íntimo constituem ideais maciços e decisivos em sua formação. Por um lado, deve ser destacada a importância da conquista de direitos nos últimos anos e a legitimidade das reivindicações militantes que intervêm no debate público; por outro lado, devem ser criticados os excessos e os pontos-cegos desse mesmo ativismo, assim como as entidades sociais que cedem diante de uma interrogação necessária e cuidadosa de tais problemáticas.

Outro plano controverso e instável onde a diferença sexual imprime seus dilemas contemporâneos constitui as novas formas de relação amorosa e sexual. Do “é proibido proibir” sessenta-oitista à curiosa moralidade identitária que atravessa a opinião pública atual no que diz respeito a sexo, namoro e casamento, os imperativos hedonistas chocam-se com a necessidade da normatização, na medida dos vacilos da liberdade individual em seu trato com a alteridade. Como se a frouxidão dos laços fosse uma maneira preventiva e lucrativa de lidar com a mesma opacidade que “determina” nossa experiência sociocultural; frouxidão que se acasala com as novas categorias identitárias que buscam romper com o masculino e o feminino entendidos como conceitos normativamente identificáveis, unívocos sob a ótica das exigências multiplicadoras do gênero. Nesse cenário, a criatividade de cada encontro ou a redefinição do estatuto mesmo de um relacionamento procuram articular influência neoliberal com preferências fantasísticas de

cada parceiro (Bauman, 2004; Illouz, 2019). Versões contemporâneas da relação sexual que não cessa de não se escrever. Temas e problemáticas inéditas interpelam a sociedade e a clínica psicanalítica, na medida em que o questionamento das formas de relação é o necessário questionamento da conduta e do estatuto daqueles que se propõem a tais modalidades de laço: crise da masculinidade, novas possibilidades para o posicionamento social da mulher, dilemas inéditos da parentalidade, a temática da toxicidade (Leguil, 2025), do consentimento (cf. movimento #MeToo), do abuso, do assédio, todas dificuldades renovadas que a diferença entre os sexos reitera de acordo com as transformações sociais.

No que concerne à clínica psicanalítica, não se trata da imposição da norma nem de sua redistribuição performativa; não se trata de preconizar o certo e o errado, o melhor ou o pior. A escuta que a distingue, justamente por considerar a diferença sexual um problema estrutural que implica um posicionamento ético singular, visa não concordar ou discordar, propondo um programa subjetivo *prêt-à-porter* adaptativo, mas, ao contrário, visa sustentar o desejo além de suas ficções e fixações como demanda, além dos imperativos de gozo que sufocam a condição mesma de existência do sujeito do inconsciente. As modalidades de sofrimento que podemos receber em nossas clínicas a partir das fachadas ideológicas ou reducionistas que evocamos acima requerem uma escuta atenta ao idioma pessoal daquele que nos procura, à língua que condiciona seus pontos de preferência e seus posicionamentos fantasísticos e que dá o caráter singular de sua lógica subjetiva própria. “Linguagem é linguagem, e só existe um tipo: a linguagem concreta [...] que as pessoas falam” (Lacan, 1966/2016, p. 9). Noutro plano, cabe ao psicanalista estar atento às implicações sociais, culturais e políticas das vicissitudes de tais demandas e desconfortos subjetivos, para que a partir das coordenadas éticas do discurso analítico

ele possa introduzir sua maneira específica de pensar tais questões, sem concessões, mas aberto e rigoroso quanto ao que sua disciplina e prática podem oferecer ao debate. A diferença sexual como pedra angular da clínica psicanalítica, longe de ser um fóssil cultural a ser esquecido ou escondido, está na superfície dos impasses de cada demanda.

Referências

- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Companhia das Letras.
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe I: les faits et les mythes*. Gallimard.
- Dor, J. (2001). *Structure and perversions*. Other Press.
- Zanini, Fábio. (2025). CFM proíbe bloqueio hormonal para crianças e adolescentes trans. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/painel/2025/04/cfm-proibe-bloqueio-hormonal-para-criancas-e-adolescentes-trans.shtml>
- Freud, S. (1905/2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas, volume 15: psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (P. C. de Souza, trad., pp. 9-100). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920.)
- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Obras completas, volume 16: o eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (P. C. de Souza, trad., pp. 283-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925.)
- Freud, S. (1933/2010). A feminilidade. In S. Freud, *Obras completas, volume 18: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*, 263-293. Companhia das Letras.
- Gama, Guilherme. (Jul, 2025). Justiça suspende norma do CFM que proibia terapia hormonal para trans. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/justica-suspende-norma-do-cfm-que-proibia-terapia-hormonal-pessoas-trans>
- Illouz, E. (2019). *The end of love: a sociology of negative relations*. Oxford University Press.
- Kristeva, J. (2013). Métamorphoses de la parentalité. *Revue française de psychanalyse*, 77(5), 1650-1657.
- Lacan, J. (1966/2016). De la structure comme immixtion d'une altérité préalable à un sujet quelconque. Conférence à Baltimore, 1966. *La cause du désir*, v. 94, n. 3, pp. 7-17.
- Lacan, J. (1968/2015). Note sur le père. *La cause du désir*, 89, 8.
- Lacan, J. (1971-1972). ...Ou pire. Le savoir du psychanalyste. <http://staferla.free.fr>
- Lacan, J. (1974). Déclaration à France Culture à propos du 28e Congrès International de Psychanalyse. *Le coq-héron*, 46 (47), 3-8.
- Lacan, J. (2001). Télévision. In J. Lacan, *Autres écrits* (pp. 509-545). Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1974.)
- Lacan, J. (1975-1976/2005). Le séminaire. Livre XXIII. *Le sinthome*. Seuil.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumará.
- Leguil, C. (2025). *La era de lo tóxico: ensayo sobre el nuevo malestar en la civilización*. NED Ediciones.
- Littman, L. (2021). Individuals treated for gender dysphoria with medical and/or surgical transition who subsequently detransitioned: a survey of 100 detransitioners. *Archives of sexual behavior*, v. 50, 3353-3369.
- Littman, L., O'Malley, S., Kerschner, H. et al. (2024). Detransition and desistance among previously trans-identified young adults. *Archives of sexual behavior*, v. 53, 57-76.
- Mitchell, J., & Rose J. (1982). *Feminine sexuality: Jacques Lacan and the école freudienne*. Macmillan Press.
- Zanini, Fábio. (2025). CFM proíbe bloqueio hormonal para crianças e adolescentes trans. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/painel/2025/04/cfm-proibe-bloqueio-hormonal-para-criancas-e-adolescentes-trans.shtml>
- Žižek, S. (2002). Lacan between cultural studies and cognitivism. In J. Glynos, & Y. Stavrakakis (Org.), *Lacan & Science* (pp. 291-320). Karnac Books.

Recebido em: 13/08/2025

Aprovado em: 09/10/2025

Sobre os autores:

Luiz Fellipe Almeida

Psicanalista. Graduado, Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Integrante do Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política, do Grupo de Pesquisa de Orientação Lacaniana e da Rede Clínica do Laboratório de Psicanálise Jacques Lacan.

E-mail: luizfellipe@ymail.com

Ivan Ramos Estêvão

Psicanalista.

Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL) e membro da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (IF-EPFCL).

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) e da Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP).

Coordenador do Laboratório de Psicanálise, Política e Sociedade da USP. Publicou os livros “A teoria freudiana do complexo de Édipo” (Escuta, 2017) e “O complexo de Édipo” (Aller, 2021).

E-mail: irestevao@usp.br